

**PORTARIA n.º 51 de 11 de janeiro de 2022.**

O Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício da competência conferida pelo art. 70, I, da Lei Complementar n.º 17, de 23 de janeiro de 1997 e

CONSIDERANDO a Lei n.º 5.415, de 15 de março de 2021, bem como a Portaria n.º 1268/2019-TJAM, de 23/05/2019 e a Portaria n.º 1.976/2020-TJAM de 28 de setembro de 2020;

CONSIDERANDO o Parecer da Assessoria Administrativa da Secretaria-Geral de Administração (Doc. 0421476) e o Despacho-GABPRES (Doc. 0424349), do **Processo Administrativo SEI-TJ/AM n.º 2021/000025559-00**,

RESOLVE

PRORROGAR, pelo prazo de 03 (três) meses, os termos da Portaria n.º 1.807, de 07 de outubro de 2021, que designou o servidor **FREDSON VIEIRA DE SOUZA**, Assistente Judiciário deste Poder, para continuar atuando como **Oficial de Justiça "ad hoc" na Comarca de Benjamin Constant/AM**, a fim de realizar o cumprimento de citação, notificação e intimação judicial, após o horário de expediente e no limite de 150 (cento e cinquenta) mandados mensais, nos termos da Lei n.º 5.415, de 15 de março de 2021 e das Portarias n.ºs 1268/2019 e 1976/2020, **a contar de 08 de janeiro de 2022**.

Registre-se. Comunique-se. Publique-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, data registrada no sistema.

(assinado digitalmente)

Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**
Presidente

PORTARIA Nº 68, DE 12 DE JANEIRO DE 2022.

Dispõe sobre as atividades do Poder Judiciário do Estado do Amazonas e seu respectivo funcionamento em razão do atual quadro da pandemia de COVID-19.

O Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício da competência que lhe confere o inciso I, do art. 70, da Lei Complementar Estadual n.º 17, de 23 de janeiro de 1997, e

CONSIDERANDO a Declaração de Pandemia de COVID-19 pela Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2);

CONSIDERANDO que o retorno gradual das atividades do Poder Judiciário foi regulamentado através da Portaria n.º 1.753, de 31 de agosto de 2020, alterada pela Portaria n.º 1.846, de 14 de setembro de 2020;

CONSIDERANDO a tendência de forte elevação da média móvel de casos de Covid-19 nos próximos dias, bem como o surto de gripe ocasionado pelo vírus Influenza;

CONSIDERANDO o aumento significativo dos casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave, decorrentes das doenças acima, desde o mês de dezembro de 2021 e a necessidade de adotar medidas de precaução para garantia da segurança à saúde das pessoas; e

CONSIDERANDO a essencialidade da atividade jurisdicional, devendo ser adotadas todas as providências necessárias para garantir a continuidade deste serviço,

RESOLVE:

Art. 1.º Autorizar as Unidades Administrativas e Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas a, de modo extraordinário, adotarem regime de *home office* e, quando este não for possível, escalas de revezamento até a data de **31 de janeiro de 2022**, mantendo-se em regime presencial no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos integrantes de equipes que atuem em um mesmo ambiente de trabalho, ressalvados os casos em que a medida traga prejuízos aos serviços prestados pela unidade.

§ 1.º O equivalente a 50% (cinquenta por cento) da lotação total se entende como o somatório do número de servidores, terceirizados e estagiários que atuam em cada unidade, inclusive os integrantes de grupo de risco que já tenham sido completamente vacinados, salvo parecer médico em sentido contrário, a ser submetido à Secretaria de Serviços Integrados de Saúde - SESIS.

§ 2.º Para os terceirizados vinculados a prestadores de serviços que mantêm vínculo contratual com o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, o percentual presencial corresponderá ao mínimo de 70% (setenta por cento), devendo ser observada a natureza e a essencialidade de cada atividade exercida.

§ 3.º A escala de serviço será elaborada pelo responsável de cada unidade jurisdicional ou administrativa, a quem incumbe definir a quantidade de servidores em trabalho presencial, observado o percentual mínimo do *caput*.

Art. 2.º Serão mantidas as medidas de protocolo sanitário estabelecidas na Portaria n.º 1.753, de 31 de agosto de 2020, em especial o uso de máscaras de proteção facial e manutenção de distanciamento mínimo, a fim de se evitar aglomeração, bem como a obrigatoriedade de apresentação do comprovante de vacinação contra a COVID-19 para ingresso nas dependências do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, na forma estabelecida na Resolução TJAM n.º 23, de 8 de outubro de 2021.

Art. 3.º Será garantido, durante o horário de expediente, o atendimento presencial às funções essenciais à justiça, como o Ministério Público, Advogados públicos e privados, bem como o acesso direto e ininterrupto aos sistemas de balcão virtual e demais instrumentos eletrônicos de comunicação, sem prejuízo a realização de audiências nas modalidades presenciais, remotas ou híbridas.



Parágrafo único. O atendimento presencial ao público em geral será limitado aos que comprovarem a exigência de intimação ou notificação oriunda do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Comunique-se. Publique-se.

Gabinete da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, data registrada no sistema.

(Assinado digitalmente)

Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**
Presidente TJ/AM

PORTARIA Nº 41, DE 10 DE JANEIRO DE 2022.

O Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício da competência que lhe confere o inciso I do artigo 70 da Lei Complementar nº 17, de 23 de janeiro de 1997, e,

CONSIDERANDO a Decisão GABPRES (Id. 0423316), exarada nos autos do Processo Administrativo TJ/AM nº 2021/000025450-00,

RESOLVE,

CESSAR, a contar de 19 de dezembro de 2021, os termos da Portaria nº 125 de 18 de janeiro de 2021, que colocou o servidor **MANRIQUE MOTTA MACIEL JÚNIOR**, Assistente Judiciário do quadro efetivo deste Poder, à disposição da Prefeitura Municipal de Oriximiná/PA.

Registre-se. Comunique-se. Publique-se.

Gabinete da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, data registrada no sistema.

(assinado digitalmente)

Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**
Presidente

PORTARIA Nº 55, DE 12 DE JANEIRO DE 2022.

O Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício da competência que lhe confere o inciso I do artigo 70 da Lei Complementar nº 17, de 23 de janeiro de 1997.

CONSIDERANDO a informação prestada pela SEGEP/DVPROVMP (Id. 0423798), bem como a Decisão GABPRES (Id. 0424026), constantes do Processo Administrativo TJ/AM nº 2022/000000412-00,

RESOLVE,

DESIGNAR o servidor **Delson Marques Martins Júnior**, Assistente Judiciário deste Poder, para exercer, **em substituição não remunerada**, o cargo comissionado de **Diretor da Divisão de Informações Funcionais - PJ-DAS III**, durante o impedimento da titular, servidora Cintya Kazuko Dias Takano, que se encontra substituindo a servidora Jussara Ferreira Barroncas, Diretora da Divisão de Provimento e Movimentação de Pessoas, no período de 10/01/2022 a 21/01/2022.

Registre-se. Comunique-se. Publique-se.

Gabinete da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, data registrada no sistema.

(assinado digitalmente)

Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**
Presidente

PORTARIA Nº 56, DE 12 DE JANEIRO DE 2022.

O Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício da competência conferida pelo art. 70, I, da Lei Complementar nº 17, de 23 de janeiro de 1997.

CONSIDERANDO a Decisão GABPRES (Id. 0424022), exarada nos autos do Processo Administrativo TJ/AM nº 2021/000025665-00,

RESOLVE,

DESIGNAR a servidora **SIGRID ALMEIDA SOARES**, Auxiliar Judiciária deste Poder, para exercer a Função Gratificada de Assistente de Diretor de Secretaria da Vara Única da Comarca de Juruá/AM (FG-1), a contar de 03 de janeiro de 2022.